



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 5 de dezembro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO CAPA .....	1
JORNAL DO COMMERCIO SEBRAE CELEBRA 40 ANOS .....	2
JORNAL DO COMMERCIO SEBRAE CELEBRA 40 ANOS (continuação) .....	3
JORNAL DO COMMERCIO SEBRAE CELEBRA 40 ANOS (continuação) .....	4
JORNAL DO COMMERCIO SEBRAE CELEBRA 40 ANOS (continuação) .....	5
JORNAL DO COMMERCIO SEBRAE CELEBRA 40 ANOS (continuação) .....	6
JORNAL DO COMMERCIO SEBRAE CELEBRA 40 ANOS (continuação) .....	7
JORNAL DO COMMERCIO É fundamental reduzir tributação..... ECONOMIA	8
JORNAL DO COMMERCIO É fundamental reduzir tributação (continuação) .....	9
JORNAL DO COMMERCIO Indústria..... ECONOMIA	10
JORNAL DO COMMERCIO ICMS mantém meta de arrecadação .....	11
JORNAL DO COMMERCIO Transporte urbano .....	12
A CRITICA CAPA .....	13
A CRITICA sim & não .....	14
A CRITICA SOFRENDO COM AS CONGESTÕES DA ECONOMIA .....	15
A CRITICA FÉRIAS COLETIVAS NO PIM .....	16
A CRITICA NO AMAZONAS .....	17
A CRITICA GUERRA FISCAL.....	18
A CRITICA AMAZONAS .....	19
A CRITICA A base científica do desenvolvimento .....	20
AMAZONAS EM TEMPO Contexto .....	21

<b>AMAZONAS EM TEMPO</b>	
Contexto (continuação).....	22
OPINIÃO	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b>	
Governo sinaliza ICMS diferenciado para Estado.....	23
ECONOMIA	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b>	
Claro & Escuro.....	24
OPINIÃO	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b>	
Proposta do governo federal exclui ZFM da unificação do ICMS.....	25
ECONOMIA	

## CAPA



 40 anos

## Sebrae homenageia personalidades com Medalha do Mérito

O Sebrae Amazonas (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) comemorou os 40 anos da instituição no país em grande estilo, com homenagem a personalidades empreendedoras e colaboradores que contribuíram para a história de sucesso da instituição.

**Páginas B4 e B5**

## SEBRAE CELEBRA 40 ANOS

*Superintendente diz que o caminho é o crédito para aquele empreendedor que precisa e quer se capacitar*

Por Tanair Maria

O Sebrae Amazonas (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) comemorou os 40 anos da instituição no país em grande estilo.

Diversas personalidades empreendedoras e colaboradores que contribuíram para a história de sucesso do Sebrae foram homenageados com a entrega da Medalha do Mérito Empresarial pelos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento social e econômico do Estado do Amazonas, em especial ao segmento das micro e pequenas empresas.

As homenagens foram prestadas durante jantar elegante, realizado no Clube do Trabalhador do Sesi, localizado na zona leste da cidade, às 20h da terça-feira (3). Estiveram presentes autoridades, empresários e servidores do Sebrae.

O Sebrae/AM tem por missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo na capital e no interior do Amazonas.

Com foco na política da qualidade, vem nesses 40 anos estimulando o surgimento de empreendedores, micro e pequenas empresas e grupos organizados, possibilitando-lhes a permanência no mercado e autossustentabilidade econômica e ambiental, buscando a melhoria contínua de processos e serviços oferecidos.

É uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituída por escritura pública, sob forma de Serviço Social Autônomo do governo federal criado com a principal finalidade de promover o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, com vista à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.



Fotos: Walter Mendes

Empresário Guilherme Aluizio é cumprimentado pelo superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, durante entrega da medalha

## SEBRAE CELEBRA 40 ANOS (continuação)

### *Desafios começam pela interiorização com sedes próprias*

Os desafios para 2013, segundo o superintendente do Sebrae/AM, Nelson Rocha, começam pela interiorização do Sebrae, já que a instituição está presente em seis municípios do interior do Estado, mas não possuem sedes próprias. "O desafio é levar o Sebrae para o interior, preparar as pequenas

empresas para o mercado -o das compras públicas-, que hoje o interior está de costas. As grandes empresas fornecedoras dos municípios estão na capital, e isso não é bom para o município, para as pequenas empresas, então o desafio maior vai ser a interiorização do Sebrae no Amazonas", diz Rocha.

Com a meta de construir quatro sedes até o final de 2014, foi feito processo seletivo no interior para contratar experiência e o conhecimento dos municípios, que conhecem as necessidades das suas cidades, e assim compor o quadro de colaboradores do Sebrae/AM. São dois pilares im-

portantes para se falar em desenvolvimento: crédito e capacitação, segundo o superintendente, que faz questão de frisar que o crédito é muito bom, mas ele também mata. "Se o empreendedor não estiver capacitado, preparado para entender como trabalhar sem misturar o crédito da empresa com as

próprias necessidades, pode ser o ponto determinante para a falência do negócio", alertou.

#### **Nacional**

O Sebrae comemora 40 anos e preparou uma programação especial para marcar a data. Além de celebrar as conquistas das mi-

cro e pequenas empresas na economia nacional, as atividades recuperam a memória da instituição. Foi lançado o livro "Sebrae 40 anos: uma história do desenvolvimento brasileiro". A publicação tem 17 capítulos com textos, entrevistas e imagens, que relatam as conquistas e desafios da instituição.

## SEBRAE CELEBRA 40 ANOS (continuação)



**“** Hoje, é uma história de vitórias ao comemorarmos 40 anos de Sebrae no Amazonas e também homenagear a pessoa jovem que começa a entrar na área do Sebrae à procura do empreendedorismo.

Antônio Silva,  
presidente do Conselho Deliberativo  
Estadual do Sebrae/AM

**“** Foi uma grata surpresa ser indicada e estar aqui representando e divulgando um gentil reconhecimento ao segmento cerâmico desenvolvido nos municípios de Iranduba e Manacapuru.

Hyrlene Batalha Ferreira, empresária  
do segmento cerâmico em Iranduba



**“** “Em momento como este nos leva a recordar aquilo que vivemos. E a nossa vida hoje é fruto daquilo que fizemos no passado.

Rodemarck Castello Branco,  
diretor do Sebrae

## SEBRAE CELEBRA 40 ANOS (continuação)



*Esta homenagem é um estímulo para que ainda mais nos dediquemos ao que vimos fazendo. Obrigado ao Sebrae e parabéns pelos 40 anos de bons serviços prestados ao Amazonas.*

**Sócrates Bomfim Neto,**  
vice-presidente do Jornal do Commercio

*Hoje é um dia importante para comemorar, porque fechamos 40 anos com todas as metas estabelecidas e concretizadas.*

**Nelson Rocha,**  
superintendente do Sebrae/AM



*Eu não tenho o menor pudor em dizer que estou muito feliz e muito satisfeito pela generosidade de um órgão e de meus amigos que convivem comigo, desde o tempo de estudante -ainda no ginásio-, que acompanham minha vida.*

**Domingos Jorge Chalub,**  
desembargador do TJAM

## SEBRAE CELEBRA 40 ANOS (continuação)

### *Rocha antecipa metas do Sebrae para oferecer mais crédito*

O Sebrae/AM na sua expertise, promove o trabalho com uma linha de crédito que permita a inclusão social e inclusão do mercado público ao empreendedor individual, através da parceria com a Caixa Econômica Federal, Banco da

Amazônia, Banco do Brasil. Na abertura de contas correntes, ou uma linha especial para o empreendedor.

Em entrevista para o *Jornal do Comercio*, o superintendente do Sebrae/AM, Nelson Rocha, antecipa que já esteve em reu-

nião com o superintendente da Caixa, que pretende até o final do ano abrir mais 500 contas correntes para o empreendedor individual. Um desafio da CEF em parceria com o Sebrae/AM. "Então, eu acho que o caminho é este, crédito para aquele em-

preendedor que precisa e que também quer se capacitar", diz Rocha.

Representantes do Sebrae/AM participaram do Seminário de Crédito para Copa de 2014, realizado na semana passada, quando durante uma rodada de

negócios rendeu R\$ 1,6 milhão de crédito, que será disponibilizado por cinco bancos presentes ao evento.

No início do ano que vem a ACA (Associação Comercial do Amazonas), promoverá cursos direcionados aos seus

associados. E, com o apoio do Sebrae/AM, tem por objetivo promover capacitação dentro da instituição, que está baseada no centro comercial da cidade, antecipa Ismael Bicharra, presidente da entidade de classe amazonense.

## SEBRAE CELEBRA 40 ANOS (continuação)

*“O Sebrae é um parceiro muito grande para todo pequeno empreendedor agropecuário, ao desenvolver um projeto interessante, onde pessoas foram capacitadas para o segmento de ovinos e caprinos no interior do Amazonas.”*

Demílio Valdemar Vivian (Alemão),  
indicado pela Faea



*“O Sebrae tem um papel estratégico para o desenvolvimento da economia do nosso Estado e da nossa região. É uma verdadeira universidade de formação de microempreendedores no nosso país.*

Muni Lourenço Silva Júnior,  
presidente da Faea



*Empreender no Brasil num momento onde o custo é muito mais alto que qualquer outro país, eu acho que este é um incentivo que vale a pena ser apoiado e pedir para que se repita.*

Gaitano Antonaccio,  
presidente das Assembleias  
Gerais da ACA

## É fundamental reduzir tributação

Ministro da Fazenda participou de audiência no Senado e defendeu a mudança no ICMS interestadual

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem (4), em audiência pública na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado, que a mudança do ICMS interestadual é uma necessidade importante para o país. "Ela vai abrir caminho para a melhoria de uma estrutura tributária e possibilitar o aumento dos negócios, investimentos e crescimento dos vários Estados", disse.

Segundo o ministro, esta necessidade é ainda maior tendo em vista que o mundo está diante de uma crise internacional, que ainda não foi resolvida e que interfere em todas as economias, mesmo as mais saudáveis. Como exemplo, ele citou as economias asiáticas, salientando que a crise reduz o crescimento de países como a Índia e a China. "Atinge em maior e menor medida a todos, e também atingiu o Brasil, com um certa desaceleração", comentou.

Mantega destacou que o Brasil tem pela frente o desafio de continuar crescendo, enquanto a maioria das economias está em recessão ou desacelerando suas atividades, acrescentando ser fundamental a desoneração tributária, que este ano vai alcançar R\$ 45 bilhões. "Não é pouca coisa. É relativa a 1% do PIB. É um forte estímulo aos investimentos", afirmou.



Foto: EBC

Mantega se reuniu com a base aliada antes da audiência na CAE e destacou que o Brasil tem pela frente o desafio de continuar crescendo

Ele lembrou que o governo também fará a redução do custo da energia, em média, em 20%. "O Brasil é um dos países que tem as mais altas taxas de energia do mundo. O governo, sem

mexer em contratos, fez uma proposta que vai resultar na redução da tarifa. Toda sociedade mais se beneficiar desta medida que entra em vigor em fevereiro", afirmou.

### Selic nos Estados

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, informou que considera a Selic (a taxa básica de juros da economia) o indexador mais conveniente para trocar o

indexador que corrige a dívida do Estado com a União. Hoje a dívida é corrigida pelo IGP-DI mais 6%, 7,5% ou 9%. Mantega afirmou, no entanto, que alternativas estão em estudo no

Ministério da Fazenda.

"Vamos fazer a mudança. A primeira definição era Selic. É o mais conveniente dos indexadores. A Selic é a metade do que é hoje. Mas há outras alternativas e estamos trabalhando no ministério. Teremos uma definição até o final de semana ou na semana que vem", afirmou, em audiência pública no Senado Federal.

Ele disse que é possível inclusive colocar uma "trava" limite para a correção da dívida, para evitar que uma volta da alta da Selic tire as vantagens da mudança. Mantega disse que o IPCA não está descartado. "Se IPCA ou Selic, estamos examinando", afirmou, em resposta à sugestão do senador Armando Monteiro Neto para que o indexador fosse trocado por IPCA. Por outro lado, ele descartou a proposta do senador Lindberg Faria de colocar a TJLP como indexador das dívidas estaduais.

Mantega afirmou também que examinará a proposta do senador Luiz Henrique (PMDB) para destinar 20% do pagamento das dívidas dos Estados com a União para investimentos. O ministro, no entanto, voltou a destacar que não gostaria de mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "A renegociação das dívidas é contrária à LRF. Vamos ver se a proposta do senador Luiz Henrique contorna esta questão. Prometo examinar", disse, em audiência pública no Senado.

## É fundamental reduzir tributação (continuação)

### *Vocação brasileira para indústria*

Em uma resposta ao senador José Agripino Maia (DEM-RN), um dos maiores críticos do governo durante audiência pública na CAE do Senado, ontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o país tem um projeto de nação. "Se não tivesse, teria sucumbido em 2008, na primeira crise, que foi violenta, derrubou muita gente e não derrubou o Brasil", pontuou.

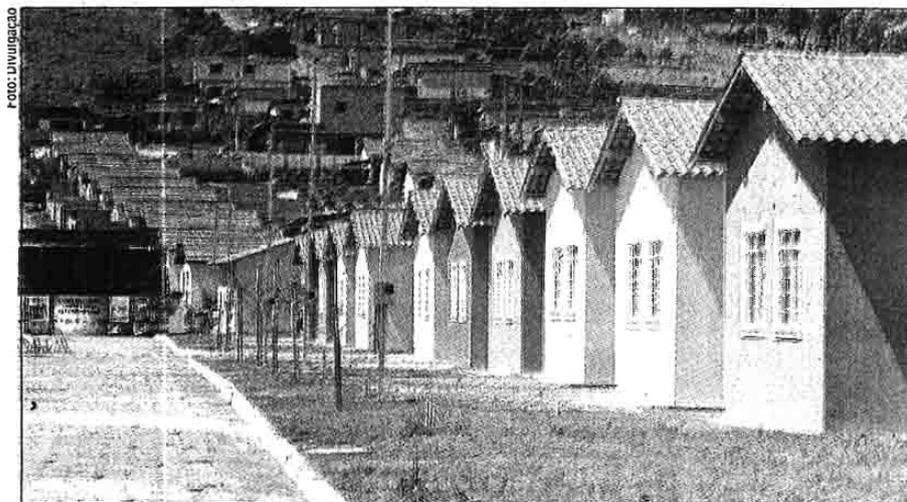
Ao responder ao parlamentar que questionou qual era a vocação produtiva do Brasil, o

ministro enfatizou que é preciso ter indústrias. Segundo ele, o Brasil tem vocação para ter indústrias, para ser exportador de commodities e também de ser um centro de serviços, pois o mercado de consumo doméstico é "enorme". "Somos o terceiro, o quarto, o quinto mercado de qualquer coisa, então o Brasil combina essas virtudes. Podemos ser um país agrícola e industrial", considerou.

O ministro salientou ser importante ter indústria, pois esse setor é responsável por

desenvolvimento tecnológico e por criar emprego de qualidade mais alta. "É isso tem dado resultado. É claro que em momento de crise todos se retraem: a indústria e o investimento também."

Pelos cálculos de Mantega, "para ser bom", os investimentos têm que ser o dobro da taxa de crescimento do PIB. "Estamos perseguindo PIB de 4% no ano que vem e investimento de 8%. Temos condições de alcançar isso, e com as contas públicas sobre controle", disse.



Redução de tributos vai facilitar novos empreendimentos

## Mais estímulos à construção civil

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou ontem novas medidas de estímulo à construção civil. Durante cerimônia do programa Minha Casa, Minha Vida, o ministro disse que o setor será beneficiado em três pontos: desoneração da folha de pagamentos, redução de tributos e acesso a capital de giro durante o período de construção das habitações.

De acordo com o governo, a desoneração na folha de pagamento poderá chegar a R\$ 2,85

bilhões. O setor gasta hoje R\$ 6,28 bilhões com pagamento de 20% da folha ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e, com a nova medida, passará a pagar 2% do faturamento bruto.

"O setor não pagará mais INSS. Não vou dizer pelo resto da vida porque é muito tempo, mas por um longo período", disse Mantega.

Na solenidade, o ministro ressaltou a importância da construção civil para o Brasil.

"[O setor é] responsável por quase metade do investimento que nós fazemos no país. Portanto, estimular a indústria de construção é estimular o investimento no país", destacou Mantega.

Segundo ele, o setor também é importante porque contribui para dois dos maiores sonhos da população: ter uma casa própria e conseguir um emprego. De acordo com o ministro, o setor emprega atualmente 7,7 milhões de pessoas.

Indústria

# Produção reverte queda e sobe 0,9%

Dados do IBGE mostram recuperação na atividade em outubro com avanço próximo a 1% na comparação mensal

A produção industrial subiu 0,9% em outubro em relação a setembro e reverteu a queda registrada no mês anterior -de 1% na mesma comparação-, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados ontem.

Em setembro, o resultado da indústria havia interrompido uma sequência de três meses de alta, na pior retração desde janeiro. O desempenho surpreendeu analistas e o governo, que esperava retração de 0,6%.

Após a forte queda no mês anterior, as projeções de mercado indicavam avanço próximo a 1% em outubro na comparação mensal.

Em relação ao mesmo mês do ano passado, outubro registrou avanço de 2,3% -a primeira alta nesta comparação em 13 meses. Com isso, o acumulado do ano foi de -2,9%. Nos últimos 12 meses, a produção industrial registra queda de 2,7%.

O resultado de outubro foi favorecido pela produção de bens intermediários, que registrou alta de 0,6% na comparação mensal. O item tem peso de 55% na pesquisa. A produção de bens de consumo duráveis (automóveis, basicamente), aumentou 1,4%, mas tem peso menor, de 10%.

Já a produção de bens de ca-

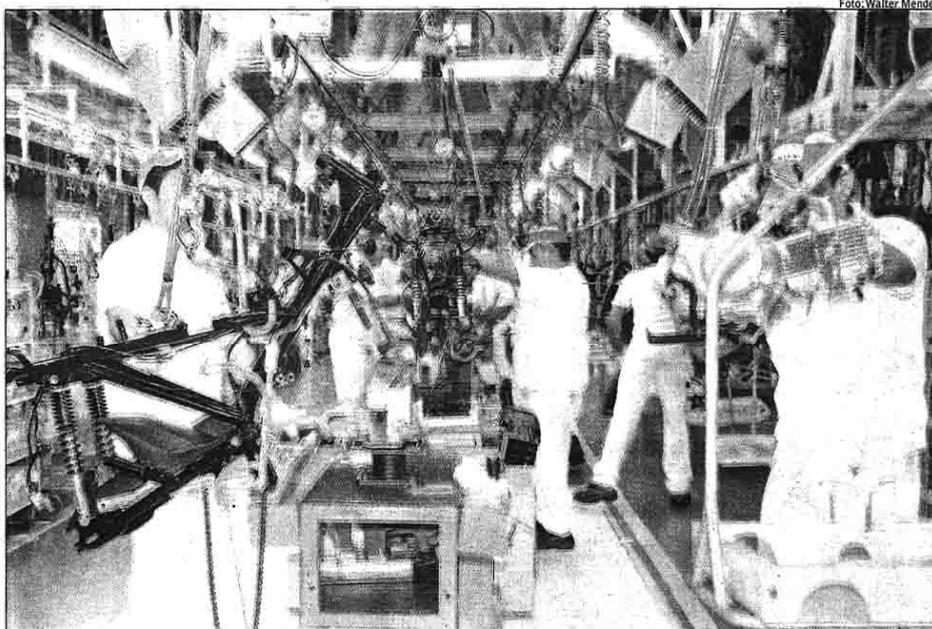


Foto: Walter Mendes

De acordo com o IBGE, a alta de 0,9% de outubro, na comparação com setembro, resulta do bom desempenho de 13 dos 27 ramos investigados

pital (máquinas e equipamentos) e bens de consumo semi-duráveis e não-duráveis variou negativamente no período.

Os dados do IBGE mostram ainda que a recuperação da indústria após o tombo de se-

tembro está resito a 13 dos 27 setores analisados na pesquisa industrial de outubro.

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal divulgada pelo IBGE. De acordo com o IBGE, a alta de 0,9%

de outubro, na comparação com o mês anterior, resulta do bom desempenho de 13 dos 27 ramos investigados, sendo que as maiores contribuições vieram de indústrias extrativas (8,6%), máquinas e equipa-

mentos (6,3%) e veículos automotores (3,7%). Entre os que tiveram queda na produção estão farmacêutica (-5,2%), refino de petróleo e produção de álcool (-2,6%) e edição, impressão e reprodução de gravações

(-3,8%).

Já a expansão de 2,3%, na comparação com outubro de 2011 é, segundo o IBGE, reflexo do bom desempenho de 21 dos 27 ramos pesquisados. Os destaques são outros equipamentos de transportes (16,2%), como fabricação de aviões; máquinas e equipamentos (5,2%); equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, óticos e outros (29,8%); e alimentos (2,6%).



## ICMS mantém meta de arrecadação

Segundo os dados divulgados pela secretaria, faltam menos de R\$ 400 milhões para a meta de R\$ 6,97 bilhões

Por Juliana Geraldo

O desempenho positivo da economia amazônica em novembro possibilitou ao Estado chegar mais próximo da meta de arrecadação de tributos orçada pela Sefaz-AM (Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas).

Segundo os dados divulgados pela secretaria, faltam menos de R\$ 400 milhões para a meta de R\$ 6,97 bilhões estipulada para este ano. Até novembro, o recolhimento de taxas e tributos já somava R\$ 6,59 bilhões, sendo R\$ 6,08 bilhões apenas da arrecadação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços). Tanto a primeira arrecadação quanto a segunda registrou avanço de 13,6% sobre o acumulado do mesmo período do ano passado.

Até o momento, a maior arrecadação continua sendo da indústria com R\$ 2,73 bilhões (+7,48%), seguida do comércio, que arrecadou R\$ 2,67 bilhões (+19,19%) e do setor de serviços com recolhimento de R\$ 674,24 milhões (+18,54%).

"Mesmo com várias reduções tributárias como a do ICMS da energia elétrica no início de 2012 e com a desaceleração sofrida pela economia como um todo, o Estado conseguiu avan-



Foto: Walter Mendes

Maiores arrecadação continua sendo da indústria com R\$ 2,73 bilhões, segundo dados da Sefaz

çar na arrecadação", comentou o economista e presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Ailson Rezende.

Segundo ele, a recuperação do setor de duas rodas e de eletroeletrônicos no segundo semestre foi o fator que garantiu esse avanço.

"Além disso, o setor de serviços se manteve aquecido du-

rante todo o ano", acrescentou.

### Novembro

Considerando apenas o penúltimo mês do ano, a arrecadação tributária total foi de R\$ 746,43 milhões, 15,12% a mais em relação ao orçado para o período (R\$ 648,39 milhões), 24,76% sobre novembro do ano passado e 24,66% sobre

outubro.

Só de ICMS foram R\$ 683,44 milhões, crescimento de 24,45% e 24,10% sobre novembro do ano anterior e outubro de 2012, respectivamente.

A indústria arrecadou no mês um montante de R\$ 313,74 milhões (+12,67% sobre novembro e +46,32% sobre outubro), o comércio apareceu logo atrás com R\$ 301,12 milhões recolhi-

### Dados

#### OUTROS IMPOSTOS

✓ O IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) recolheu R\$ 12,78 milhões em novembro (+11,90% sobre novembro de 2011 e queda de 27,46% sobre o mês imediatamente anterior). No acumulado, o recolhimento foi de R\$ 185,09 milhões, avanço de 7,58% sobre o mesmo intervalo do ano passado.

✓ O ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) anotou arrecadação de R\$ 935,64 mil em novembro e R\$ 4,88 milhões no acumulado do ano, aumento de 284,34% e 45,11%, respectivamente sobre os mesmos períodos de 2011.

✓ O recolhimento de taxas representou R\$ 634,68 mil, 173,97% a mais frente novembro do ano anterior e 119,88% sobre outubro deste ano.

✓ Já IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) somou R\$ 48,63 milhões em novembro (+30,58% sobre o mesmo mês de 2011 e +64,90% sobre outubro de 2012) e R\$ 318,70 milhões no acumulado (+16,62%).

dos (+41,18% e +10,13%, na mesma base de comparação) o segmento de prestação de serviços com R\$ 68,58 milhões (+19,47% e +9,08%).

Ailson Rezende atribuiu o crescimento ao "efeito Natal", que de acordo com ele começou em meados de outubro e se estendeu por todo o mês de novembro, impactando o resultado para os cofres estaduais.

### Estimativa

Para o economista, a arrecadação deve ultrapassar sem maiores problemas a marca dos R\$ 7 bilhões até o final do ano.

A Sefaz-AM declarou que só dará maiores detalhes sobre os números e estimativas de arrecadação em coletiva a ser realizada pelo órgão na próxima semana.

## Transporte urbano

# Audiência pública para discutir isenção de ICMS

O deputado José Ricardo Wendling (PT) solicitou ontem (4) que a Comissão de Transporte, Trânsito e Mobilidade da Assembleia Legislativa do Estado realize audiência pública ou reunião técnica para discutir sobre o possível aumento da tarifa de ônibus, agora para R\$ 3,25, uma vez que as empresas do transporte têm isenção de ICMS sobre o combustível dos ônibus, concedida pelo governo do Estado e aprovada pela Assembleia, tendo como contrapartida a manutenção da tarifa -cláusula descumprida todos os anos.

“Temos que repensar a manutenção desse incentivo fiscal. Não vejo motivos para isso”, declarou ele, enfatizando que, de 2008 a 2012, essa isenção já está em torno de R\$ 130 milhões, dinheiro que poderia estar sendo investido, por exemplo, para melhorar a educação, a saúde e a segurança pública. No início do ano, José Ricardo já tinha apresentando requerimento na Casa para que a Comissão de Finanças Públicas promovesse uma audiência pública para debater sobre essa isenção de ICMS. Mas a comissão silenciou não realizou nada.

Para o parlamentar, o reajuste da tarifa do transporte é um grande teatro de faz-de-conta. “Entenda o porquê: os empresários pedem um reajuste elevado e acima do pretendido, prometendo a melhoria dos serviços; a pre-

feitura diz que não concorda, porque seria um absurdo; os trabalhadores do transporte dizem que se tiver aumento da tarifa, querem também aumento nos seus salários e ameaçam paralisar todo o sistema; e os empresários respondem que, para isso, é preciso aumentar o valor da passagem. No final, a prefeitura concede o reajuste, com valor menor, mas dentro da expectativa dos empresários. “E a população é quem paga essa conta, sem a melhoria dos serviços”, explicou.

Ele ainda está cobrando do governo do Estado a implementação de Indicação, de sua autoria, para que seja feita uma modificação na legislação da concessão de ICMS, acrescentando mais exigências às empresas do transporte: renovação da frota; entrega de certidões negativas de tributos e previdência; e efetivação da tarifa social e da integração social. “Essas exigências precisam estar bem claras para os empresários, assim como a manutenção da tarifa”.

De acordo com José Ricardo, o transporte coletivo está falido por conta dos pesados gestores públicos do Estado. “E a Assembleia ajuda a manter essa situação, quando não discute a concessão do ICMS. Por isso, espero que esse debate aconteça o mais rápido possível, antes que o povo de Manaus seja presenteado com mais ‘um presente de grego’”, concluiu.

**CAPA**

ZONA FRANCA DE MANAUS PROTEGIDA

# Vitória amazonense na guerra do ICMS

Ministro Guido Mantega garante excepcionalidade no índice do ICMS a 12% ao Amazonas. PÁGINAS A4 E A9

## sim & não

### PINGA FOGO

## AM entra protegido na briga do ICMS

O projeto de resolução que o Executivo apresentou ontem ao Senado para unificar em 4% o ICMS interestadual afim de acabar com a guerra fiscal entre os Estados pode ser considerado uma das maiores vitórias da Zona Franca de Manaus dos últimos tempos. Diferente da primeira versão do texto, apresentada há 28 dias pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, o projeto que chegou aos senadores excluiu o Estado do Amazonas da redução para 4% e mantém o atual índice de 12%.

**Surpresa** A excepcionalidade de ICMS garantida ao AM (e a Mato Grosso do Sul sobre as operações de gás natural) pode ter surpreendido a classe política. O senador Eduardo Braga (PMDB), por exemplo, chegou a aceitar, em tese, o índice de 4%, mas com compensação de 4% a 5% para o Estado.

**Advogado** O mais curioso na chegada da proposta do ICMS foi que o ministro Guido Mantega atuou como advogado da excepcionalidade garantida ao Amazonas. Agiu assim na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que ontem discutiu a matéria.

**Tese** A principal tese exposta por Mantega aos senadores foi a de que toda guerra fiscal

praticada prejudica o Amazonas e qualquer processo neste sentido o STF tem julgado contra.

**Contido** Apesar da conquista sobre o ICMS, o Amazonas não comemorou o feito. Mas a vibração contida tem explicação: o Estado não quer se indispor com outras unidades, até porque o projeto ainda passará por votação no plenário do Senado.

**Alô, presidente** Com a barca da reeleição de Ricardo Nicolau (PSD) entrando à água, parlamentares contrários ao atual dirigente passaram a ligar para o deputado Chico Preto (PSD) dizendo: "Alô, presidente!" E não foram poucas ligações que partiram da sede do Governo ontem de manhã.

**Partido** Após duas rodadas de conversas que tiveram com o governador Omar, deputados estaduais do PMDB que nutriam a possibilidade de se candidatar a presidente da ALE-AM baixaram a guarda. Ao contrário, os do PSD, partido do governador, excluindo-se Nicolau, animaram-se.

**Segurança** O cenário voltado para o PSD é reforçado por deputados que afirmam que o governador sinalizou que tem preferência por uma legenda que não lhe cause problema no futuro. Ele é presidente do PSD e o senador Eduardo Braga, do PMDB.

**Desânimo** Gente que convive com Ricardo Nicolau identificou que numa recente conversa que ele teve com o

presidente da Fieam, Antonio Silva, o parlamentar demonstrou insegurança com a reeleição, ao dizer para o empresário que gostaria que ele recebesse homenagem da ALE-AM ainda em sua gestão.

**Andiroba** O deputado Francisco Souza (PSC) anda se queixando da derrota que sofreu em Iranduba, na disputa pela prefeitura. Na segunda-feira, no Palácio Rio Negro, ele comentou: "Ainda estou me recuperando da peia que levei. Estou passando óleo de andiroba nas costas".

**Urticária** O secretário George Tasso passou a andar com duas caixas de remédio contra alergia no bolso. Depois que perdeu a Segov ele desenvolveu urticária.

✘ O procurador-geral de Justiça do AM, Francisco Cruz, vai criar em 2013 o Núcleo de Políticas Públicas no MP-AM. O setor será o responsável pelo acompanhamento da implantação de políticas públicas no âmbito do poder público.

✘ Com o núcleo, Francisco Cruz quer que o MP elabore um plano de ação e estabeleça metas a serem atingidas pelo poder público. Segundo ele, a ideia é de parceria e não de confronto. Assuntos como acesso e qualidade da educação, repitência e evasão escolar estão na pauta.

✘ Moradores do Manóa reclamam da UBS localizada perto do terminal do 304. Não há tratamento dentário porque roubaram o compressor do local.

## SOFRENDO COM AS CONGESTÕES DA ECONOMIA

Aberta e oficialmente, o governo federal não admite que o País está acometido por grave crise econômica. Mas ela existe, e os sinais podem ser apreendidos pelos próprios movimentos do Planalto na tentativa de minorar seus efeitos, os quais, como se sabe, também têm impactado muito mal as empresas incentivadas do Polo Industrial de Manaus. Ontem, por exemplo, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou um pacote de medidas para estimular o setor da construção civil, entre eles a desoneração da folha e pagamentos. Além de reduzir os encargos trabalhistas no segmento, o governo irá

diminuir sua fatia no Regime Especial de Tributação e abrirá uma linha de financiamento especial para o período da construção das obras. O governo federal se mexe, evidentemente, mas seus "remédios de política fiscal e monetária" não estão surtindo de imediato o retorno esperado. Fosse outra a realidade produzida pelos remédios ministrados, a Confederação Nacional da Indústria, a CNI, teria capturado indicadores mais animadores a respeito do Produto Interno Bruto para este ano, o qual deve fechar, segundo essa entidade, em 0,9%. Esse índice está muito aquém dos 4,5%

previstos inicialmente pelo governo federal, por meio do ministro do próprio Mantega, o qual, como técnico, sabia que blefava quando apontou esse crescimento para o PIB, porém, enquanto político, escamoteava deliberadamente a verdade dos fatos, como fez o seu ex-chefe Lula em relação à crise econômica de 2008-09 ao dizer que ela chegaria ao Brasil em forma de marolinhas. É o repiquete dessas marolinhas que atormenta a economia brasileira em geral e a do Amazonas em particular, obrigando, no nosso caso, as empresas do PIM a concederem férias coletivas em massa para milhares de trabalhadores. Dá

para imaginar, mas não é possível dimensionar o efeito ruim dessa medida sobre todos os negócios direta e indiretamente ligados ao PIM, do fornecedor de refeições, passando pelas empresas de transporte especial, ao comércio. Desonerar o setor da construção civil, por sua folha de pagamento, animará um setor que normalmente já absorve muita mão de obra, mas o governo federal terá que fazer muito mais no que tange a tornar o País competitivo, assim como o Amazonas há muito precisa diversificar sua produção para o bem de sua economia, dependente do PIM, que, por sua vez, não tolera bem as congestões do mercado.

## FÉRIAS COLETIVAS NO PIM

# Suframa e SRTE buscam dados

Órgãos querem conhecer os números reais sobre férias coletivas que as empresas concederão

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) está se movimentando em busca dos reais dados a respeito da quantidade de funcionários das empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) aos quais devem ser concedidas férias coletivas, a partir do dia 10.

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-AM) também se movimentou para levantar dados sobre as empresas que protocolaram o comunicado a respeito das férias coletivas. A legislação determina que elas precisam comunicar a intenção com no mí-

nimo 15 dias de antecedência ao órgão local do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), abordando as datas de início e fim do recesso e quais setores da empresa serão paralisados.

Anteontem, o Sindicato dos Metalúrgicos suscitou um número alto, ao dizer que ao me-

nos 90 mil dos atuais 123 mil funcionários passarão uma temporada em casa, entre dezembro e janeiro de 2013.

Questionada sobre o assunto ainda na segunda-feira, a Suframa disse que não possuía as estatísticas sobre o assunto, porque nenhuma empresa é obriga-

### Busca rápida



### Dados considerados incabíveis

Tanto o titular da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) quanto do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) discordaram dos dados do Sindmetal. Apesar das férias coletivas serem medidas normais, o percentual de envolvidos foi considerado absurdo.

da a fornecer a ela dados referentes às férias coletivas.

Ontem, o titular da autarquia, Thomaz Nogueira, comentou que mandou levantar dados para abordar os números de trabalhadores que serão afetados pelo "repouso temporário".

Se a previsão do Sindicato dos Metalúrgicos vier a se concretizar, as linhas de produção do PIM seriam esvaziadas e paralisadas em sua quase totalidade, tendo em vista que os funcionários que usufruirão das férias coletivas representam 73,04% de todos que atualmente trabalham no PIM.

## NO AMAZONAS

# Juta e malva empacadas

Presidente da Conab diz que órgão não pode simplesmente comprá-las

PROCEDÊNCIA ? O presidente nacional da Conab, Rubens Rodrigues dos Santos, disse ontem a políticos e empresários amazônenses que o órgão não tem autonomia para fazer a compra da juta e da malva produzidos no Estado. Ressaltou, porém, que está sendo feito um estudo técnico recomendando a utilização desses produtos em sacarias, e que a nota deve ser submetida a Câmara Setorial de Fibras do Ministério. “Dependemos de autorização”, frisou.

A compra da sacaria atende a um apelo ecológico e deve ser utilizada para ensacar mercadorias do programa de venda em balcão, oferecido pela Conab.

O vice-governador José Melo apontou que hoje o Amazonas concorre com sacarias oriundas de Bangladesh e Índia, que contam com um preço mais em conta. Como o Amazonas tem uma cadeia que vai desde a colheita da juta até a sacaria, o governo corre contra o tempo para equacionar o problema. Isto porque o rio começou a encher e, segundo o vice-governador, daqui a cinco meses será preciso reiniciar o plantio.

De acordo com Melo, atualmente a indústria responsável possui um estoque de cinco mil sacos. “A ideia é a seguinte: se a Conab adquire os cinco mil sacos, ela esvazia as indústrias, que vão comprar a matéria-prima estoca-

da nas cooperativas”, destacou.

O titular Suframa, Thomaz Nogueira, detalhou que a cadeia produtiva beneficia mais de 20 mil famílias no Estado. Segundo ele, o próprio Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior (Mdic) criou sobretaxas, tendo em vista que os preços praticados por Índia e Bangladesh identificavam a prática de *dumping*.

Nogueira explicou que, somando esforço ao Governo Estadual no sentido de incrementar o setor, a autarquia patrocina um estudo no aumento da produtividade e da forma de produção da juta para melhoria a qualidade e forma de produção e colheita. O estudo deve durar pelo menos seis meses.

## GUERRA FISCAL

# Anteprojeto poupa ZFM

Modelo de desenvolvimento é excluído da regra geral sobre a proposta de unificação da alíquota do ICMS interestadual

**CARLOS BRANCO**

carlosbranco@acritica.com.br

Caberá ao plenário do Senado aprovar ou não projeto de resolução do Governo Federal que diferencia a Zona Franca de Manaus na proposta de unificação em 4% de alíquota do ICMS interestadual. Antes disso, a matéria necessita ser votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para, depois, ir ao plenário e ser promulgada pelo presidente da Casa.

Em reunião ontem pela manhã nessa comissão, o ministro Guido Mantega entregou aos senadores dois anteprojetos de resolução sobre a proposta de unificação do ICMS. Num deles, a ZFM não perde nada, mantém sua alíquota de 12%.

**"Tratar a Zona Franca de forma diferenciada não é só importante para Manaus e o Norte, mas para todo o mundo", disse a senadora Vanessa Grazziotin ao ministro, referindo-se aos 98% de preservação da cobertura florestal do Estado.**

"Para nós, o encaminhamento feito pelo governo federal é perfeito. Segue o mesmo tratamento que nos foi dado em relação à tributação dos importados, com o fim de acabar com a guerra dos portos, quando fomos excluídos da regra geral", comemorou o secretário execu-



Ministro Guido Mantega foi ouvido por membros do CAE do Senado

tivo da Sefaz-AM, Afonso Lobo. Em termos práticos, o projeto de resolução apresentada ontem por Mantega deixa a ZFM de fora da tabela de regressão

com a redução da alíquota em 1% a partir de 30 de junho de 2013 para todos os Estados. Em 2020, todos estarão praticando uma alíquota unificada de 4%.

Hoje ela varia de 7% a 12%.

Uma geladeira, por exemplo, produzida no PMIM e vendida em outro Estado é creditada em 12%. Assim, mesmo que a empresa tenha recebido um incentivo de 50%, ou seja, que o tributo tenha sido pago pela metade, o crédito de 12% é mantido e ela precisa pagar apenas a diferença. Se a alíquota do ICMS for unificada em 4%, a base de cálculo permanece igual para todos e, assim, o Amazonas perde a sua vantagem comparativa em relação a outros Estados, necessária por causa das dificuldades logísticas da Região.

### PROPOSTA

Antes de propor a unificação do ICMS, o governo federal fez estudo em que observou que o Amazonas

perderá 75% de sua arrecadação referente ao ICMS oriundo da indústria. Posteriormente, o Governo do Amazonas chegaria a essa mesma conclusão.

Na semana passada, com os dados em mãos, o titular da Sefaz, Ispere Abraham, e o secretário executivo do órgão, Afonso Lobo, participaram de uma reunião de secretários estaduais de Fazenda, em Brasília, quando cada um deles pode expor e tomar conhecimento dos impactos que a unificação do ICMS provocará em cada uma das unidades federadas.

Além de chamar atenção para o rombo que será provocado nas finanças do Amazonas, Ispere e Lobo foram orientados a mostrar a Mantega os impactos econômicos e sociais em cadeia que a unificação desencadearia no Amazonas.

## AMAZONAS

# Arrecadação cresce 24% em novembro

Após a queda de 15,72% em outubro, quando comparado ao mês imediatamente anterior, o Fisco estadual conseguiu o melhor desempenho do ano em novembro, para azar dos contribuintes. Conforme dados da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), o fisco do Estado "abocanhou" R\$ 746,43 milhões, alta de 24,67% em relação a outubro (R\$ 598,75 milhões).

Em comparação a igual período de 2011, houve elevação de 24,76%. Naquele período, a arrecadação no mês rendeu R\$ 598,28

milhões aos cofres públicos.

Apenas a rubrica referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi responsável por 91,56% do total arrecadado, com uma cifra de R\$ 683,45 milhões.

De acordo com as estatísticas da Sefaz, as indústrias "contribuíram" com R\$ 313,74 milhões ao Fisco, número que mostra expansão de 46,32% em relação ao que foi anotado em outubro (R\$ 214,43 milhões) e de 12,67% em comparação ao mesmo mês de 2011 (R\$ 278,46 milhões). O co-

mércio quase empatou, com arrecadação de R\$ 301,12 milhões.

Embora sem detalhar números, o diretor geral de arrecadação da Sefaz, Gilson Nogueira, comentou que o resultado geral foi impulsionado, em grande parte, pelo programa de anistia e parcelamento do ICMS e do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), que tinha como objetivo recuperar pendências antigas com a anistia de juros e multas. Vale lembrar que para aderir ao programa o contribuinte deveria pagar ou o valor total da dívida



ou a quantia referente à primeira parcela até o final de novembro.

### MALHA FINA

Pelo menos 17,25 mil contribuintes do Amazonas estão com pendências junto à Receita Federal. De acordo com o levantamento, os dados referem-se aos exercícios de 2008 a 2012.

Conforme a Receita Federal, apenas quanto ao ano de 2012, 14,05 mil contribuintes estão com inconsistências nas suas declarações de renda. Referente a 2011, são 1,46 mil; a 2010, 647; a 2009, 553; e a 2008, 550.

Nesta semana, a Receita Federal libera a consulta ao último lote do ano de restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Aqueles que não foram contemplados em nenhum dos lotes deste ano devem consultar o extrato da declaração para saberem se caíram na malha fina.

## A base científica do desenvolvimento

O próximo Fórum Mundial de Ciência, que será realizado no Rio de Janeiro em novembro de 2013, é o primeiro evento sobre o tema a ter lugar fora da Hungria. O fórum é organizado pela Academia de Ciências húngara em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o International Council for Science (ICSU), a American Association for the Advancement of Science (AAAS), a Academy of Sciences for the Developing World (TWAS), o European Academies Science Advisory Council (EASAC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC). Integra o comitê organizador a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A reunião de 2013 terá por tema central "Ciência para o Desenvolvimento Global

Sustentável". A SBPC e a ABC em conjunto com diferentes parceiros (Andifes, Capes, CNPq, CGEE, Confap, Consecti, Unesco, MCTI) estão organizando reuniões temáticas com o intuito de promover uma ampla discussão nacional sobre o tema central, a serem realizadas em São Paulo, Belo Horizonte, Manaus, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília. O encontro preparatório de Manaus, o terceiro da série, teve lugar no Auditório da Ciência do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) na semana passada, de 28 a 30 de novembro recém-findo. O evento foi realizado com a parceria da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), INPA, EMBRAPA, UEA, UFAM.



Osiris  
Silva

E-MAIL:  
OSIRISASILVA  
@GMAIL.COM

Pesquisadores e especialistas de diversas áreas e representantes do poder público debateram o tema "diversidade tropical e ciência para o desenvolvimento". Foram discutidas questões relacionadas a trópico úmido, uso de recursos naturais tropicais, educação e cultura, ética e ciência e ciência para inclusão social e redução da pobreza nos trópicos. Não é difícil reconhecer a amplitude das curvas que sintetizam as assimetrias amazônicas. Destaco a respeito dois pontos de inflexão: a) ambiguidades da ciência, expostas pela professora Socorro Chaves, da UFAM, que exigem, como forma de equilibrá-la, senso ético de tal sorte a colocar o homem como centro e principal beneficiário do processo de geração de conhecimento, tecnologia e

inovação, complementando-se; e b) novas formas de consumo em resposta às necessidades de mudar o padrão tecnológico de produção ajustado às assimetrias regionais, do ponto de vista da professora Terezinha Fraxe, também da UFAM. Dentre diversos pontos levantados nos debates, chamo atenção para estes: a) a percepção de uma discussão sobre o que dá certo ou não, visando gerar conhecimentos mais objetivos na região; b) a até aqui pouca praticidade nas soluções apontadas pela pesquisa e o poder público; e c) a urgência de superar o discurso essencialmente teórico, que não alcança ressonância junto à sociedade. Os caminhos do desenvolvimento regional mantêm-se impedidos por ausência de políticas públicas, programas e projetos ajustados às

condições de nossa biodiversidade. Segundo o diretor geral do INPA, Adalberto Val, como não se conhece, ao longo da história, país tropical desenvolvido, não há referencial de modelo em que se basear. A Amazônia, por conseguinte, terá que gerar suas próprias tecnologias. Nesse sentido, saliento a alusão do prof. Odenildo Sena, secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) a um plano específico de CT&I ajustado às condições socioambientais da Amazônia. Em elaboração cooperada pelas SECTIs da região, deverá estar concluído até meados de 2013. A tarefa é árdua dada à abrangência de soluções requeridas para romper centenários amarras que prendem a região ao improvável e à carência de políticas públicas consistentes.

## Contexto

### **APLAUSOS**

#### Ministro Mantega

DIVULGAÇÃO



Para o ministro Guido Mantega, que na nova proposta do governo federal sobre a unificação da alíquota do ICMS dos Estados preservou a alíquota da Zona Franca de Manaus, de 12%.

## Contexto (continuação)

### Manaus agradece

Nem sempre estão querendo fechar a Zona Franca de Manaus.

Ontem, por exemplo, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), o ministro da Fazenda, Guido Mantega, assinalou os ganhos do Amazonas com a nova proposta do governo federal sobre a unificação da alíquota do ICMS dos Estados, cujo objetivo é acabar com a guerra fiscal no país.

### Está fora

O ministro entregou aos senadores dois anteprojetos, sendo que um deles diferencia a situação da Zona Franca de Manaus (ZFM).

### Em 2020

Em 2020, todos estarão praticando uma alíquota unificada de 4%.

A Zona Franca não perde nada e mantém sua alíquota de 12%.

## Governo sinaliza ICMS diferenciado para Estado

**ANWAR ASSI**  
Equipe EM TEMPO

**O** Amazonas deve ganhar o apoio do governo federal para preservar as prerrogativas constitucionais da Zona Franca de Manaus (ZFM) no projeto que unifica em 4% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais. A sinalização positiva partiu, ontem, do ministro da Fazenda, Guido Mantega, durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE).

Na ocasião, o ministro apresentou duas propostas aos senadores presentes, sendo que uma delas diferencia a situação da ZFM, como reivindica o Amazonas. Essa mesma proposta mantém também o status atual de recolhimento do ICMS nas operações interestaduais com gás natural. A medida beneficiará o Mato Grosso do Sul, Estado onde é feito a nacionalização do gás vindo da Bolívia.

A outra proposta não prevê que a ZFM fique de fora da tabela de regressão com a redução da alíquota em 1% a partir de 2014 para todos os Estados. A meta é que, até 2020, todas as unidades da Federação estejam praticando a alíquota unificada de 4%. Desta forma, a ZFM perderia a alíquota de 12%.

Confrontado pela senadora Vanessa Grazziotin sobre as perdas que o Amazonas teria

com essa segunda proposta, o ministro Guido Mantega destacou que a parlamentar "deveria falar mais em ganho", postura que foi compreendida como um sinal que o governo federal vai apoiar a proposta que beneficia o Amazonas. "Estamos satisfeitos com os 12%. Tratar a Zona Franca de forma diferenciada não é só importante para Manaus e o Norte", afirmou Vanessa Grazziotin.

O assessor da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), Afonso Lobo, que está cotado para assumir a pasta com a provável saída do titular atual do cargo, Isper Abraham, a tendência é que o governo federal apoie no Senado a proposta defendida pelo Amazonas.

"Podemos afirmar que, se depender do governo federal, os interesses da ZFM e do Estado vão ser preservados", avaliou.

### Votação em 2013

A votação do projeto que unifica em 4% a alíquota do ICMS nas operações interestaduais deverá ocorrer somente em 2013.

O projeto de unificação do ICMS deve ser apresentada pelo Senado, que será responsável por fixar as alíquotas do imposto por meio de projeto de resolução. A matéria necessita ser votada na CAE para ir ao plenário e ser promulgada pelo presidente da casa legislativa.

A projeção é que a resolução que unifica o ICMS em 4% nas operações interestaduais entre em vigor a partir do dia 1º de julho de 2013.



Ministro da Fazenda, Guido Mantega apresentou ontem proposta sobre mudança na alíquota de ICMS para todo o território nacional.

## Alíquota única pode causar 'quebradeira'

A iniciativa de garantir que a ZFM fique de fora da proposta de unificação da alíquota nas operações interestaduais tem a ideia de preservar os incentivos fiscais assegurados constitucionalmente ao

principal modelo de desenvolvimento econômico do Estado. Segundo o governador Omar Aziz, caso o pleito amazonense não seja atendido, o Amazonas poderá sofrer perdas de R\$ 4,5 bilhões.

Para o líder amazonense, a medida seria "devastadora" e "mortal" para a economia da região, levando ao risco de "quebradeira" geral do Estado e dos municípios do interior.

Atualmente, os Estados

do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Espírito Santo, cobram uma alíquota de 12%, enquanto que os Estados do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro possuem uma alíquota menor, de 7%.

## Claro & Escuro

### Próximos passos do governo federal para a minirreforma

**D**epois da proposta de unificação da cobrança do ICMS, com ressalvas ao Amazonas, os próximos passos do governo federal para a chamada minirreforma tributária são agilizar a devolução de crédito das contribuições do PIS/Cofins e a desoneração da folha de pagamento das empresas, com a mudança de base da tributação. As pistas foram dadas pelo secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, braço direito do ministro da Fazenda, Guido Mantega, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, em abril do ano passado, quando debatiam o estopim da reforma a conta-gotas, na chamada Guerra dos Portos. Sobre o ICMS, a proposta de unificação do Ministério da Fazenda praticamente se consolida. Na ocasião, Barbosa defendeu que as alíquotas passariam de 12% para 8% em 1º de janeiro de 2012; para 4% em 2013; e para 2% a partir de 2014, semelhante à proposta de Mantega.

## Proposta do governo federal exclui ZFM da unificação do ICMS

### Anteprojeto não mexe com alíquota do Amazonas

TEXTO Mário Bentes  
FOTO Antonio Cruz/ABr

BRASÍLIA

O governo federal já tem um anteprojeto para promover um sistema tributário diferenciado para o Estado do Amazonas como forma de evitar perdas de receita com a proposta de unificação em 4% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para todo o País. As minutas da proposta foram apresentadas pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, durante audiência pública realizada, ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Pela proposta, a Zona Franca de Manaus (ZFM) fica fora da chamada 'tabela de regressão' prevista pela proposta original de unificação do ICMS, que deve reduzir em um ponto percentual a alíquota do imposto em todo País a partir de 2014 e estabilizar a cobrança do imposto em 4%, em 2020. O modelo ZFM ficaria com os mesmos 12% atualmente praticados na tributação do imposto, o que deve, na prática, representar aumento de receita e manutenção da competitividade econômica.

Além de anunciar os antepro-



O ministro **Guido Mantega explicou os mecanismos** para compensar os Estados mais ricos e as regiões consideradas 'emergentes'

jetos dedicados à Zona Franca de Manaus e que mantêm a alíquota do ICMS do Amazonas em 12%, o ministro Guido Mantega explicou os mecanismos que serão adotados para compensar os Estados mais ricos pelas possíveis perdas e também as regiões consideradas 'emergentes', que poderão sofrer impactos maiores.

Além do Fundo de Compensação, será criado o Fundo de Desenvolvimento Regional - especialmente para os 'emergentes'. Pela proposta, o Fundo, que terá validade de 16 anos, vai arrecadar

verbas a partir de transferências da própria União, por meio de recursos primários e também por meio de outros recursos financeiros não estatais.

Com previsão para estrear em 2013, em caso de aprovação da proposta de unificação do ICMS, o Fundo vai começar, inicialmente, com aporte de R\$ 4 bilhões, devendo chegar a R\$ 12 bilhões em 2017 - valor que se manterá, de acordo com Mantega, até 2028, ano em que o Fundo de Desenvolvimento Regional deve ser encerrado.